

NEOCONSERVADORISMO, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO BOLSONARO

Ingrid de Faria Gomes¹

INTRODUÇÃO

A defesa da família na perspectiva de fortalecimento dos papéis tradicionais de gênero ocupa lugar central na articulação do neoconservadorismo e neoliberalismo como resposta às disfunções sociais (Biroli, 2020; Lacerda, 2019). Desde o seu discurso de posse à pasta do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) do governo Bolsonaro (2019-2022), Damares Alves, atual senadora (Republicados-DF), anunciou que:

todas as políticas públicas neste país terão que ser construídas com base na família. A família vai ser considerada em todas as políticas públicas. Não dá mais para pensar em políticas públicas sem pensar no fortalecimento da família (Alves, 2019).

Demonstra-se que a orientação para a formulação de políticas públicas das questões sociais em geral teve como prioridade central o fortalecimento dos vínculos familiares. Nesta esteira, a perspectiva de família defendida pelo MMFDH, considerado o *locus* ideológico dos valores morais e familistas do governo Bolsonaro, refere-se à defesa dos valores tradicionais que corroboram com: a) a defesa de uma família baseada em critérios biológicos, ou seja, na união matrimonial de um homem e uma mulher, com claros fins de reprodução biológica; b) restrição a arranjos familiares heterossexuais, ou seja, contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo; c) contra a concepção de gênero como construção social em reação aos avanços dos movimentos sociais feministas que questionam a ordem familiar socialmente estabelecida, ou seja, a família da ordem heteronormativa e patriarcal (Lacerda, 2019).

Considerando este escopo, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise crítica do Programa Educação e Família do Governo Bolsonaro em diálogo com os valores do neoconservadorismo brasileiro e os efeitos do uso da “família” como centralidade nas políticas públicas na área de Educação. O principal interesse é levantar os argumentos para a criação e a implementação deste Programa e com isso, traçar conexões de como o familismo é um eixo central na articulação entre neoconservadorismo e neoliberalismo.

¹ Pesquisadora de Pós-doutorado PIPD/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC-Rio. Identidade étnico-racial: Branca; Gênero: Mulher Cisgênero; Município/Estado: Rio de Janeiro, RJ. ingridfgomes@gmail.com



Considerando que este programa foi implementado a partir de uma parceria entre o MMFDH e do Ministério da Educação (MEC), ressalta-se que apesar de haver produção de pesquisas acadêmicas sobre a expansão do neoconservadorismo na Educação, não foi possível encontrar pesquisas neste campo que privilegiem o enfoque nas ações do MMFDH do governo Bolsonaro. Esta lacuna se sobressalta já que esta pasta ministerial esteve ocupada por agentes que atuaram diretamente em pautas vinculadas ao campo da Educação, inclusive em articulações a nível internacional com outros governos de extrema-direita. É o caso da proposta pela regulamentação da prática de *homeschooling*, pauta pela qual o MMFDH foi o principal porta-voz, com destaque para a secretária nacional da família, a advogada e católica Angela Gandra, e não o Ministério da Educação (MEC) (Pichonelli, 2019).

Em termos metodológicos, serão empreendidos dois procedimentos: 1) pesquisa documental dos planos, ações e atores políticos envolvidos no Programa Educação e Família do Governo Bolsonaro; 2) levantamento e análise de conteúdo de discursos “pró-família” provenientes do MMFDH e do MEC.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, esta pesquisa, de abordagem qualitativa, será orientada por dois procedimentos para a composição do escopo de dados a serem analisados: 1) pesquisa documental dos planos, ações e atores políticos envolvidos no Programa Educação e Família do Governo Bolsonaro; 2) levantamento e análise de conteúdo de discursos “pró-família” provenientes do MMFDH, com ênfase na Secretaria Nacional da Família, e do MEC. O material empírico será analisado a partir do referencial da análise de conteúdo temática (Bardin, 2016). Para isso, estes discursos serão transcritos e revisados pela autora, e codificados com o auxílio do *software* de análise de dados qualitativos *Atlas.ti* versão 9.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste trabalho, mobiliza-se referenciais teóricos dos campos das Ciências Sociais e da Educação que fundamentam discussões em torno do avanço do neoconservadorismo e do neoliberalismo, e as disputas relacionadas ao sentido de democracia e de direitos humanos na sociedade brasileira, com ênfase no campo da Educação.

O uso do termo “neoconservadorismo”, com destaque para o prefixo “neo”, distingue este fenômeno nas democracias de hoje, pois enfatiza uma temporalidade específica de ativismo religioso, marcada pela politização da reprodução e da sexualidade, cuja racionalidade política expressa uma forte moralidade regulatória, de oposição à igualdade de gênero e à diversidade



sexual, bem como de questões relativas à família e aos valores cristãos (Biroli; Vaggione; Machado, 2020; Lacerda, 2019).

Marina Lacerda (2019) argumenta que o movimento do neoconservadorismo brasileiro é uma reelaboração do movimento neoconservador estadunidense, consolidado em torno da eleição presidencial de Ronald Reagan em 1980, cujo grupo cervical desta coalização foi protagonizada pela atuação política da direita cristã, sobretudo religiosos evangélicos, aliada com as seguintes pautas: a) defesa de valores morais religiosos cristãos e da família tradicional em reação ao feminismo e à agenda LGBT; b) o punitivismo com a ideia de endurecimento penal como garantia da ordem interna; c) o militarismo anticomunista como garantia da ordem na política externa; d) o neoliberalismo como política econômica; e) a defesa sionista como parte da política internacional.

A perspectiva neoconservadora adota a ideia de que o fortalecimento da família e dos papéis tradicionais de gênero é necessário para a consolidação do neoliberalismo como política econômica, uma vez que em um cenário de redução do Estado, cabe à família nuclear tradicional, unida por valores morais rígidos, se responsabilizar pelo cuidado dos seus integrantes (Biroli, 2020; Lacerda, 2019). Desta forma, essa consolidação ofereceria laços sociais que compensariam os vácuos de assistência social deixados pelas políticas neoliberais. A redução do Estado, como defendida pelo neoliberalismo, contribuiria para reduzir a dependência de políticas estatais e dos programas de bem-estar. Contudo, é preciso demarcar que conferir às famílias a responsabilização pelos cuidados dos seus integrantes para preencher a ausência de políticas públicas ofertadas pelo Estado é, na verdade, atribuir esse papel às mulheres das famílias (Biroli, 2020), sobretudo às mulheres negras, historicamente mais precarizadas em uma conjuntura organizada pelo racismo estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Educação e Família do Governo Bolsonaro, implementado com base em uma parceria entre o MMFDH e MEC por meio da Portaria nº 571/2021, em agosto de 2021, visou estimular a participação direta da família na escola conforme a expectativa do plano de governo a respeito do fortalecimento dos vínculos familiares nas políticas públicas. Como mais uma representação da política familista do governo Bolsonaro atravessada no âmbito da Educação, há indícios de que este programa contribuiu para capilarizar valores neoconservadores e para promover a participação das famílias na escola com o intuito de vigilância dos conteúdos escolares ensinados e de conseqüente perseguição aos/as professores/as que supostamente colocariam estudantes vulneráveis a riscos ideológicos.



Trata-se de reafirmar a família como o âmbito privilegiado e lugar soberano para a proteção e para o controle das crianças no sentido de supervisionar e conferir poder decisório com interferências nas escolhas dos conteúdos escolares em nome de uma suposta segurança. Portanto, indica-se que a institucionalização de uma lógica familista, que coaduna valores neoconservadores e neoliberais, contribuiu para fragilizar perspectivas democráticas, com o intuito de enfraquecer o sentido de público em favorecimento à expansão da “esfera pessoal protegida” (Brown, 2019), que corresponde à ampliação do papel da família.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. Discurso de posse. In: CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DE CARGO À MINISTRA DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS, DAMARES ALVES, 2019, Brasília, DF. Vídeo [...]. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: 167 https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg&ab_channel=TVBrasilGo v. Acesso em: 10 abr. 2025.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIROLI, F. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135-188.

BROWN, W. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

LACERDA, M. B. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.